

HISTÓRIA EM GOTAS

SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Entreguistas e Nacionalistas

SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)

A única força política organizada capaz de enfrentar os conservadores era o PTB. Com base sindical e o nome de Vargas, o trabalhismo tinha forte influência sobre as massas urbanas. Isto foi decisivo na sucessão presidencial. Os conservadores da UDN e do PSD não chegaram a um acordo para escolher um candidato comum aos dois partidos e acabaram saindo com candidatos próprios. Vargas, indicado como candidato do PTB, procurou e obteve o apoio de Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista, que surgia com força em São Paulo. As eleições se realizaram em 3 de outubro de 1950 e apresentaram o seguinte resultado: Getúlio Vargas (PTB – 48,7% dos votos), Eduardo Gomes (UDN – 29,7% dos votos) e Cristiano Machado (PSD – 21,0% dos votos).

Logo depois de apuradas as urnas, foi desencadeada violenta campanha, liderada pela UDN, para impedir a posse de Vargas. Os conservadores argumentavam que o candidato só estaria eleito se houvesse obtido maioria absoluta. Mas o Poder Judiciário considerou legal a eleição de Vargas. Empossado, o novo presidente procurou primeiramente apagar a imagem de ditador do Estado Novo e, paralelo a isso, procurou atender várias reivindicações populares, amparo aos trabalhadores urbanos e retomar a política econômica nacionalista: industrialização baseada no investimento estatal e o apoio às empresas privadas nacionais.

Seu governo foi duramente combatido pelos EUA, por empresas estrangeiras e forças políticas que defendiam os interesses das multinacionais no Brasil (o principal momento do embate se deu em relação à extração do petróleo). Dessa orientação do governo de Vargas nasceu a Petrobrás, criada por uma lei de autoria do deputado Eusébio Rocha, em outubro de 1953. A companhia estatal de petróleo foi criada depois da campanha popular chamada “O Petróleo é Nosso” que mobilizou praticamente toda a nação. O monopólio estatal petrolífero, estabelecido pela lei, feria os interesses de grandes empresas estrangeiras do setor, em especial a norte-americana Standard Oil (Esso).

Vargas, continua sua política nacionalista, propôs a Lei de Lucros Extraordinários (limitava a remessa de lucros de empresas multinacionais para o exterior). A partir daí, começa o embate político com os inimigos do nacionalismo (UDN e o Governo dos EUA). No ano de 1953 as pressões contra o governo Vargas foram imensas. A Greve dos 300 Mil, desencadeada em São Paulo no mês de março, contribuiu para elevar a temperatura política. O presidente era pressionado para não atender as reivindicações dos trabalhadores. Vargas pronunciou um discurso denunciando os lucros das empresas estrangeiras: “Estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganham muito no Brasil, que enviaram em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares e continuam transformando os nossos cruzeiros em dólares para emigrar para o estrangeiro a título de dividendos.”

No início de 1954, o Ministro do Trabalho, João Goulart, planejava conceder um substancial aumento do salário mínimo. Tão grande foi a pressão dos empresários, da UDN e dos setores conservadores do Exército (Manifesto dos Coronéis) que João Goulart foi obrigado a se demitir. Mesmo assim o aumento (100%) foi concedido no 1º de Maio. As pressões contra o governo de Vargas faziam parte da estratégia mundial do grande capital para combater governos e partidos com projetos nacionalistas. Ela foi colocada em prática na América Latina, na Ásia e na África.

As condições para o golpe surgiram em agosto de 1954. Pois, o nome de Vargas acabou envolvido em um atentado que deixou o jornalista Carlos Lacerda (da UDN) ferido, tendo à frente do plano Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente. Após esse atentado, rapidamente se desencadeou uma campanha, envolvendo a UDN, a Força Aérea e outros setores civis e militares, pedindo a renúncia do presidente. Nesse contexto e diante das pressões políticas e se dizendo perseguido, Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, acabou cometendo suicídio. A notícia comoveu a população. Manifestações contra os opositores do presidente ocorreram em todo o país. Jornais ligados à oposição golpista foram empastelados e empresas estrangeiras apedrejadas. O suicídio foi o último lance político de Vargas contra seus opositores, além de ter deixado uma carta testamento.

A Carta Testamento de Getúlio Vargas

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e não me dão o direito de defesa. (...) Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. (...) Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. (...) Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais posso dar a não

ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. (...) Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. (...) Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.”

(VARGAS, Getúlio. Carta-testamento. In: RIBEIRO, Darcy. Op. Cit, nota 1433).

CARACTERÍSTICAS

- NACIONALISMO
- INTERVENCIONISMO
- POPULISMO

CONTEXTO HISTÓRICO

- GUERRA FRIA
 - Guerra da Coreia (1950/1953)
- BRASIL
 - CONFLITOS POLÍTICOS
 - INFLAÇÃO
 - GREVES
- AÇÕES DO GOVERNO
 - APROXIMAÇÃO – SINDICATOS
 - MINISTRO DO TRABALHO – JOÃO GOULART
 - CAMPANHA – “ O PETRÓLEO É NOSSO”

Em carta de 8 de outubro de 1936 ao amigo Monteiro Lobato, Anísio Teixeira já havia profetizado a relevância das ações do amigo: “...você deu uma voz ao petróleo...o milagre do petróleo virá da sua voz. E o bruto sangue da terra podendo falar como pode hoje acabará mesmo circulando nas artérias deste país sob a compulsão vigorosa dos pulmões do Lobato. Afinal valeu a pena a sua luta desesperada. Patriotismo no Brasil é coisa que raia pelo heroísmo...”.

Com a redemocratização de 1945, a questão energética mobilizou extensos setores da opinião pública. A UNE fundou um Centro de Estudos e Defesa do Petróleo que encampou literalmente a bandeira do escritor: O Petróleo é Nosso.



A foto mostra o presidente, Getúlio Vargas, com uma das mãos suja de óleo, tirada em 1952, pelo fotógrafo oficial do presidente, Renato Pinheiro, durante uma visita presidencial a um poço de petróleo, no município de Candeias, na Bahia. A foto acabou se tornando um dos símbolos da campanha “O Petróleo é Nosso”.

Finalmente, depois de uma batalha parlamentar de 23 meses, em 3 de outubro de 1953, o Senado terminou por aprovar a criação da Petrobrás, sancionada por Vargas – lei 2.004 .

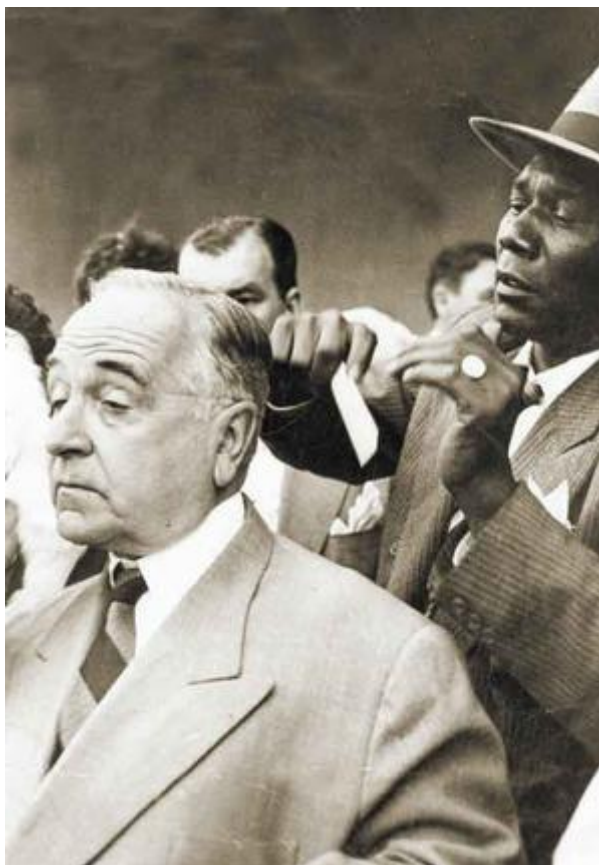
- ATENTADO DA RUA TONELEROS





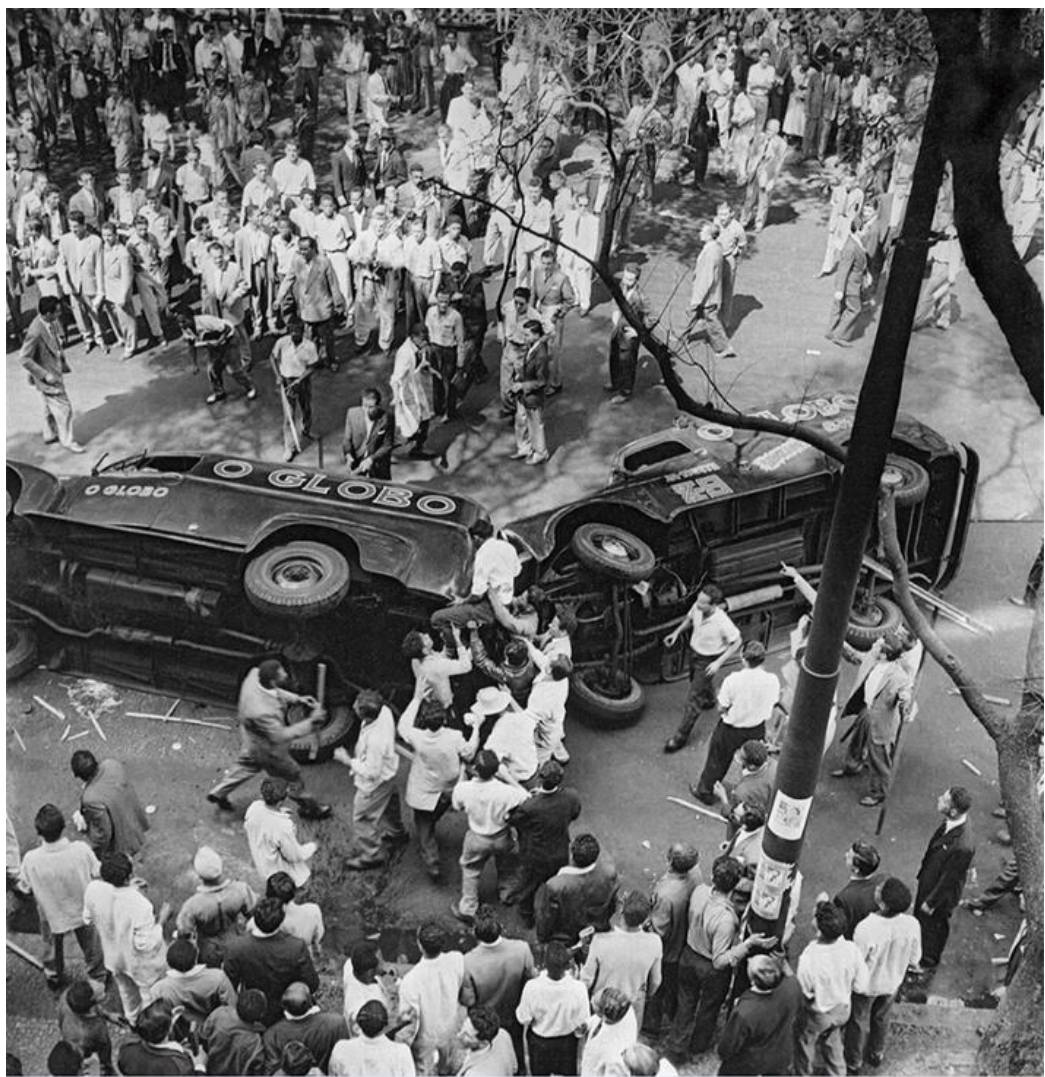
- MORTE – MAJOR DO AR RUBEM VAZ

- INVESTIGAÇÃO – CITA GREGÓRIO FORTUNATO









- TRANSIÇÃO

- CAFÉ FILHO PARA JUSCELINO KUBITSCHEK

GOVERNO João Fernandes Campos Café Filho



Com o suicídio de Vargas, em 1954, assumiu a Presidência, exercendo o cargo até novembro de 1955. Seu governo foi marcante pelas medidas econômicas liberais comandadas pelo economista Eugênio Gudin, exemplo temos a Instrução 113 da SUMOC que facilitou a importação de equipamentos mediante “a emissão de licenças de importação”, além de facilitar o processo burocrático, em última instância representou um reforço na própria industrialização brasileira.

Em novembro de 1955, foi afastado da presidência por motivos de saúde, assumindo em seu lugar o presidente da Câmara, Carlos Luz, este deposto por tentar impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.



Carlos Luz foi afastado desta função por um movimento militar denominado Movimento de 11 de Novembro, liderado pelo general Henrique Lott.

Com o apoio do PSD, foi declarado o impeachment de Carlos Luz no Congresso Nacional, sob acusação de conspiração para não entregar o poder ao presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

Eleição de 1955

Essa eleição contou com a participação de quatro candidatos: Juarez Távora pela UDN, Ademar de Barros pelo Partido Social Progressista (PSP), Plínio Salgado pelo Partido de Representação Popular (PRP) e Juscelino Kubitschek pela chapa PSD/PTB.

O PSD lançou no ano de 1955 a candidatura de Juscelino Kubitschek, aliando-se ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e tendo João Goulart como candidato a vice-presidente, portanto, efetivou-se uma forte aliança política com o intuito de ganhar as eleições.

Durante a campanha política partidária Juscelino Kubitschek realizou duas principais promessas: a primeira era transferir a capital do Brasil para o Planalto Central (a construção de Brasília) e a segunda, anunciar o Plano de Metas que tinha como principal slogan o desenvolvimentismo como modelo econômico. O Plano de Metas tinha como principal lema: fazer desenvolver o Brasil “50 anos em 5”.

Logo após a vitória de JK e Jango nas eleições de 1955, a UDN mobilizou-se novamente para impedir a posse dos candidatos a partir do argumento de que Kubitschek não havia conseguido a maioria absoluta dos votos (51%) e, por isso, a vitória do político mineiro era “ilegítima”. O argumento dos udenistas soava absurdo porque pelas leis brasileiras da época não era necessário que um candidato possuísse maioria absoluta dos votos, mas maioria simples. Toda essa situação levou à intervenção de Lott no mencionado Golpe Preventivo de 1955.